

E o governo garante: vai continuar o desmonte.

Enquanto os parlamentares leiloam o Orçamento de 1991 entre si, o governo já está preparamo o segundo desmonte da máquina federal — e, a exemplo deste ano, vai controlar os gastos na boca do caixa. “Só serão pagas as obras imprescindíveis”, afirma o secretário João Santana, da Administração Federal. Entre elas, hospitais, estradas vicinais e a continuidade das obras da hidrelétrica de Xingó. “A regra continua: o Banco Central fechou a torneira da política monetária e agora vamos tirar oxigênio do orçamento fiscal”, ele acrescenta.

O novo enxugamento será anunciado em janeiro, por meio de mais de duas dezenas de decretos do presidente Fernando Collor. Eles abrangerão a segunda fase da reforma da administração direta, onde cerca de 200 mil servidores já foram afastados, e determinarão tanto a extinção de empresas estatais como a fixação de novas formas de controle daquelas que continuarão nas mãos da União, como Petrobrás e Vale do Rio Doce. Dentro desse esquema, o secretário Santana garante: “O Tesouro não repassará recursos para cobrir prejuízos das estatais”. Isto é, o governo estará disposto a agir como já fez com os casos Lloyd Brasileiro e Embraer, empresas que entraram em crise financeira e, hoje sob intervenção, terão de enxugar suas gorduras para não quebrar.

Os decretos presidenciais determinarão, por exemplo, que seja passado o pente fino na administração direta, identificando as duplicidades de funções ainda existentes e as necessida-

des de realocação de pessoal. Com relação às empresas, serão extintas ou repassadas aos Estados, onde elas estão sediadas e se houver interesse, casos como os da Codebar (Companhia de Desenvolvimento de Barcarena), no Pará, a Codesaimai (Companhia de Desenvolvimento de Roraima) e a Codeasa (Companhia de Desenvolvimento do Amapá). Também será dado um novo destino a empresas como a Enasa (Empresa de Navegação da Amazonia), que faz o transporte de cargas e passageiros entre localidades daquela região, ou a Franave (Companhia de Navegação do São Francisco), que tem a mesma função no Nordeste. O secretário Santana inclui nesse pacote até mesmo as atividades da CBTU (Companhia Brasileira de Transportes Urbanos), que opera serviços de trens urbanos em São Paulo, por exemplo, e constrói metrôs de superfície como é o caso de Belo Horizonte.

No que se refere às estatais “imexíveis”, as medidas recairão sobre a sua estrutura de controle. O secretário explica: “A tradição é o presidente do Conselho de Administração que, efetivamente, é quem decide, ser ao mesmo tempo presidente da empresa. Ou seja, ele decide e executa.” Agora, o Tesouro, maior acionista fará o presidente do Conselho de Administração. Em algumas empresas, como a Petrobrás, a mudança exige convocação de assembleias. “Como a tecnocracia sabia que um dia isto poderia acontecer, ela amarrou a dificuldade”, conclui Santana.

Vicente Dianezí